A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA MARXISTA E DO ORÇAMENTO PÚBLICO DE 2008 A 2020

Luísa Baumgarten[1]

Mariane de Jesus dos Santos[2]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar um breve estudo sobre a questão ambiental no Brasil, a partir da revisão bibliográfica marxista, que subsidiou o entendimento da relação entre acumulação primitiva, conformação do Estado capitalista brasileiro e o impacto para o meio ambiente. Entendemos que o orçamento público é uma peça chave para compreendermos o direcionamento das ações do Estado e a forma como a questão ambiental, que é uma expressão da questão social, tem sido tratada nos últimos anos sob a ótica do capital e no contexto neoliberal. Para isso, realizamos um levantamento de dados sobre o orçamento destinado para a função Gestão Ambiental entre os anos de 2008 e 2020. Ao final, apresentamos possíveis soluções para a crise ambiental, tendo em vista a perspectiva que o capital sempre será destrutivo, portanto a ruptura com o modo de produção capitalista é essencial.

Palavras chaves: Questão social; questão ambiental; orçamento público.

Abstract: This paper aims to conduct a brief study on the environmental issue in Brazil, based on the Marxist literature review, which subsidized the understanding of the relationship between primitive accumulation, the conformation of the Brazilian capitalist state and the impact on the environment. We understand that the public budget is a key piece to understand the direction of the State's actions and how the environmental issue, which is an expression of the social question, has been treated in recent years in view of capital and the neoliberal context. We conducted a data survey on the allocated Environmental Management budget between 2008 and 2020. At the end, we present some solutions for the environmental crisis, considering the perspective that capital will always be destructive, therefore the rupture with the capitalist production mode is essential.

Keyword: Social question; environmental issue; public budget.

[1] Assistente Social, Mestranda em política social na Universidade de Brasília e pesquisadora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS) - lubaumgarten@gmail.com

[2] Mestranda em política social na Universidade de Brasília e pesquisadora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS) - santosjmariane@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura relacionar o atual momento histórico no qual vivenciamos uma crise civilizatória com a questão ambiental, entendendo-a como uma expressão da questão social, fruto do modo de produção capitalista. Para iniciarmos o debate a respeito da questão ambiental, cumpre estabelecermos a partir de qual perspectiva teórica este trabalho pretende apresentar os debates, dados orçamentários e possibilidades, frente aos impactos sofridos pelo meio ambiente no modo de produção capitalista. Sendo assim, para a leitura da questão ambiental, a abordagem será realizada pela perspectiva marxista e por meio da análise do orçamento público, peça de cunho político, econômico e social que demonstra as prioridades governamentais. Esses dados foram extraídos do sistema Siga Brasil, na data de 12 de maio de 2021 e deflacionados pelo IGP-DI. O período de análise escolhido compreende os anos de 2008 a 2020.

Para desenvolvimento do artigo, na primeira parte estabelecemos um debate sobre acumulação primitiva, o desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro e as tragédias ocorridas nas cidades de Mariana e Brumadinho no estado de Minas Gerais, considerando que ambas tragédias ambientais demonstram e explicam o impacto da reprodução do sistema capitalista no meio ambiente e na vida das populações das cidades citadas. Em seguida, apresentamos uma breve análise sobre o orçamento destinado à política ambiental brasileira, no qual identificamos, a partir da expressão do financiamento, a importância que essa função teve entre os anos de 2008 até 2020 e concluímos com o apontamento de possíveis soluções para a presente problemática.

2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, QUESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Para compreendermos a questão social e posteriormente a questão ambiental, faz-se necessário traçar um caminho que perpassa os conceitos de acumulação primitiva, o impacto da alteração da relação entre os sujeitos a partir do trabalho, que é o elemento mediador e fundamental desse sistema, o meio

ambiente e a luta de classes. Cabe balizar que entendemos que a questão social envolve uma dimensão social, uma dimensão política, como também econômica, envolvendo os interesses acerca do uso do meio ambiente com objetivo de expropriação e acumulação, sendo que ela é “constitutiva do desenvolvimento do capitalismo” (NETTO, 2001, p. 45), que apresenta a desigualdade num traço inédito da história com a relação de escassez e abundância, a partir da apropriação privada de terras, meio de produção e de riqueza que é socialmente construída pela classe trabalhadora.

A base da questão social está na relação de exploração entre capital e trabalho, em que os atores desse processo são a burguesia e o trabalhador assalariado. De acordo com Iamamoto (2001, p. 17), a dimensão política da “questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político [...] exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial, pelo Estado”. Esses trabalhadores reivindicam direitos que combatam e solucionem a pobreza e tem como resposta do Estado, representante e internalizador da burguesia, a repressão e ações caritativas. O que diferencia o capitalismo de outros modos de produção é o excedente, uma produção abundante, mas que a maior parcela da população não vai acessar, pois a riqueza gerada no capitalismo fica concentrada nas mãos de poucos indivíduos, pertencentes à classe burguesa e consequentemente esse processo distributivo desigual gera uma série de expressões da questão social, entre elas a ambiental.

A acumulação primitiva é o pontapé do modo de produção capitalista. A passagem do feudalismo para o capitalismo esteve marcada pela expropriação de terras de camponeses e produtores rurais para transformação em lavoura e pastagem. Espaços que antes eram ocupados por grupos de pequenos produtores, que produziam diferentes tipos de mercadorias a partir de uma base diversificada de matérias-primas, foram substituídas por faixas de terra que passaram a produzir um único tipo de alimento e que foi colocado para criação de um número significativo de animais, como cabras e gado. Marx (2015, p. 848)

exemplifica essa constituição, colocando que “certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista, razão pela qual tivemos de pressupor-la na passagem do artesanato para a produção capitalista”. Diante disso, Marx (2015, p. 849) ainda acrescenta que “todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre este fundamento são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação”.

A separação dos trabalhadores dos meios de produção, e neste caso a expulsão dos camponeses da terra, permitiu que um grande número de trabalhadores rurais fossem direcionados às cidades para trabalhar nas indústrias, assim formando o que Marx (2015, p. 857) compreende como um exército industrial de reserva: “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital, e, portanto, supérflua”. Cabe destacar que, de acordo com Federici (2019, p. 114), “a violência foi a principal alavanca [...] no processo de acumulação primitiva”. A expropriação dos meios de subsistência da população rural com o foco de propiciar a acumulação de capital gerou miséria e pauperização da população. Ressaltamos que quanto maior a expropriação, maior a ampliação da acumulação e concentração de capital, ou seja, do modo de produção capitalista. É preciso sinalizar, que a expropriação também ocorre no que diz respeito ao *conhecimento dos povos comunais*, *à biodiversidade*, tendo em vista que as terras expropriadas foram destinadas ao plantio de apenas um tipo de agricultura ou para pastoreio de gado, *as técnicas de cultivo*, pois se não há diversidade de plantio, não é necessário realizar intervenções diferenciadas no solo, a depender da escolha do que se planta, além de outras formas de tratamento utilizadas por povos tradicionais.

O Estado capitalista, então, foi direcionado a atender às necessidades daqueles sujeitos que não eram incorporados como força de trabalho nas indústrias, pois o contingente populacional era maior do que a capacidade de

absorção da força de trabalho. O Estado também passou a ser o regulador dos salários "para garantir a produção de mais-valor"[3] (MARX, 2015, p. 984) e para garantir a acumulação[4]. De acordo com Federici (2019, p. 147) esse "foi o primeiro passo na construção do Estado como garantidor da relação entre classes e como supervisor da reprodução e disciplina da força de trabalho", e esse Estado não era - e não é - um ente neutro na arena de conflitos existentes entre as classes pertencentes ao capitalismo. Ele teve e tem um direcionamento, uma intenção em conformidade com a classe burguesa.

Todo o movimento que Marx (2015) denomina como acumulação primitiva: expropriação de terras, direcionamento de trabalhadores rurais às cidades, formação de um exército industrial de reserva, crescimento do modo de produção industrial, concentração dos meios de produção, exploração da força de trabalho do proletariado para conformação do mais-valor, incidiu na alteração da relação entre trabalho, ser humano e a natureza. Além disso, entende-se a partir desse ponto a desigualdade entre as classes também no acesso, domínio e uso dos recursos naturais.

O trabalho é o elemento mediador dos sujeitos com a natureza. O ser humano, por meio de sua interação e transformação da natureza, se apropria dela objetificando-a para a satisfação das suas necessidades, mas no capitalismo o objetivo vai além da subsistência. Considerando a dialética desse movimento, ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si mesmo, as relações que estabelece socialmente com outros sujeitos e juntamente transforma a natureza. Para além, não apenas o ato de transformar, mas a

[3] Para entender o mais-valor, de acordo com Marx (2015, p. 841), a força de trabalho é comprada para valorização do capital. "O objetivo perseguido [...] é a produção de mercadorias que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias".

[4] Segundo Fontes (2010, p. 21), "a extração de mais-valor, através do trabalho livre, é a própria forma social concreta da existência do capital".

natureza no seu estado transformado, também incide sobre esse movimento de mediação e transformação social.

A partir do momento em que o trabalhador está separado da terra, dos meios e processos de produção, a sua própria reprodução (tendo em vista que estamos falando da sua existência e do atendimento de suas necessidades) passa a depender da venda de sua força de trabalho, que no modo de produção capitalista se torna também uma mercadoria, o que o insere em um processo alienado. Esse mesmo movimento expropriador, acumulador e explorador também cria um mercado interno de compra e venda de mercadorias, pois agora o trabalhador não acessa mais as mercadorias para a sua subsistência e para a satisfação de suas necessidades, ele precisa vender a sua força de trabalho e comprar o produto já realizado para tal. A classe trabalhadora ou, nos termos de Marx (2015), o proletariado, no modo de produção capitalista, se vê condicionada a diversas expressões da questão social, entre elas a desapropriação da terra e as consequências desse processo. A propriedade privada na sociedade capitalista é ponto central de poder, e ela se concentra ou nas mãos do Estado - que é aliado direto da burguesia, ou nas mãos da própria burguesia.

Entendemos que a crise ambiental é intrínseca a uma sociedade dividida em classes, que tem como foco a produção de mercadorias em larga escala para acumulação de riqueza por parte da burguesia. Na perspectiva do pensamento marxista, segundo Grossi (2009, p. 35), “a questão ambiental, visualizada na ‘crise ecológica’, é, portanto, a expressão da relação sociedade/natureza que vem destruindo as duas fontes de produção de riqueza: o trabalho e a natureza”. Para o marxismo, a questão ambiental se apresenta ainda com dois conceitos principais: o *metabolismo social* - processo no qual a humanidade transforma a natureza externa e também a sua natureza interna - e a *fissura metabólica* - que coloca em questão a propriedade privada, a natureza e o lucro (GROSSI, 2009).

A teoria da renda é um ponto central que se liga diretamente ao processo de fissura metabólica, mostrando que esse movimento juntamente com a natureza é apropriado e gerenciado pelo capitalismo, modificando as relações

existentes com a terra. Como tudo se transformou com o modo de produção capitalista e segue se transformando o tempo todo, as relações sociais se modificaram acerca do meio ambiente, tendo como base o trabalho mais a ação e o efeito sobre a ação humana (GROSSI, 2009). O metabolismo social, portanto, compreende o sujeito como parte constitutiva da natureza, mas em um movimento histórico. Para Marx, não é essa unidade isolada o ponto essencial, mas sim o que decorre historicamente do processo de alienação desse indivíduo acerca das condições necessárias para a sua reprodução (GROSSI, 2009).

Trouxemos alguns pontos até aqui para elucidar a relação entre a acumulação primitiva nos termos de Marx (2015), a alteração na relação dos seres humanos com a natureza e o impacto que isso gerou e ainda gera no meio ambiente. A partir disso apresentaremos nas próximas seções reflexões sobre esse processo para o Brasil.

3. O ESTADO BRASILEIRO E A QUESTÃO AMBIENTAL

A história da conformação do Estado brasileiro é permeada por elementos da acumulação primitiva, mas com direcionamento da riqueza expropriada e acumulada para atendimento das necessidades do capital estrangeiro e colonizador. Até o fim do século XIX, o Brasil era um país escravocrata e com os setores rurais sendo os mais dinâmicos da economia. A partir do século XIX, as áreas urbanas, grandes cidades - especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país - passaram a incorporar uma dinâmica industrial, para acompanhar o desenvolvimento do capitalismo em conformidade com o movimento internacional que ocorria nos países colonizadores e considerados desenvolvidos (THEODORO, 2008). Entretanto, as relações de classe não mudaram nessa alteração do direcionamento da produção capitalista no Estado brasileiro. Segundo Oliveira (2003), há uma perpetuação da burguesia e não necessariamente uma substituição da classe proprietária rural pela nova burguesia industrial.

A conformação do proletariado brasileiro e a incipiente legislação trabalhista, que não impactou as relações de produção no campo agrário,

permitiu a preservação de um modo de acumulação primitiva no país, ainda que já houvesse um direcionamento para a sua industrialização no início do século XX. Mesmo que tenha entrado em um processo de modernização industrial e de produção, o país não observou o mesmo progresso ser traçado para a sociedade. Segundo Ianni (1991, p. 10), “as desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se. Vários itens da questão social atravessam a história das várias repúblicas”.

No período pós I e II Guerras Mundiais, o capitalismo entrou em uma nova fase e a busca pelo desenvolvimento das nações passou a ser o discurso principal e que incorporava a ideologia do sistema capitalista e permitia a sua reprodução. Segundo Vieira (2007, p. 230) é neste período que se inicia uma série de contradições na relação da humanidade com a natureza, pois “genericamente, pode-se afirmar que a própria forma de exploração dos recursos naturais ao ser pautada pela lógica do lucro capitalista é também incompatível com um desenvolvimento real que signifique a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida dos trabalhadores”. No caso dos países que eram considerados subdesenvolvidos, como o Brasil, era preciso levar ao limite as forças produtivas e a industrialização, para que o atraso pudesse ser superado. Mantendo a estrutura geral do capital e o processo de expropriação da natureza dos países imperialistas, o impacto na relação de exploração com a natureza não era considerado no Brasil, pois a ideia desse desenvolvimento nacional era pensada apenas sob a ótica econômica.

O período Kubitschek, por exemplo, que prometeu o alcance de um plano de metas para desenvolver o país, com o objetivo de transformar o equivalente a 50 anos em apenas cinco, além de se associar ao capital estrangeiro para tal, também não depositou cuidados em relação à questão do meio ambiente (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, a construção de barragens teve como argumentação tanto do governo brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal, como da própria iniciativa privada “a necessidade do ‘desenvolvimento’, um conceito que foi interpretado historicamente com

sinônimo de crescimento econômico, incorporação do progresso técnico à economia produtiva" (VIEIRA, 2007, p. 228).

Um exemplo deste cenário é a Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, a princípio tida como uma estatal brasileira, que foi vendida em 1997[5] por um valor irrisório de R$ 3,3 bilhões, e sendo hoje uma das maiores mineradoras do mundo, imersa em um conglomerado que no Brasil é composto pela própria Vale, pela Samarco (responsável pelas barragens de Mariana e Brumadinho) e a BHP, empresa de capital estrageiro. Suas bases institucionais são adjacentes a este período de desenvolvimento do capital industrial no país. Esse processo de privatização de estatais faz parte do período neoliberal e de financeirização do capital. A Vale entrega aos seus acionistas e interessados um lucro acima das empresas que compartilham do mesmo ramo de atuação, ao passo que, na contramão do aumento de seus lucros, diminui o investimento em manutenção e em pesquisa para execução de sua atividade fim - a produção de minério (BRETTAS, 2020).

A partir dessa perspectiva, fica mais fácil compreender o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) no estado de Minas Gerais - MG, que foi um crime antes de ser uma tragédia, e que é considerado o maior "desastre" ambiental do Brasil. Foram milhões de metros cúbicos de lama e dejetos que contaminaram os rios e córregos, em especial o Rio Doce, uma das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil que perpassa MG e Espírito Santo - ES. Para além, foram afetadas inúmeras espécies de animais ameaçados de extinção, alguns que nem tinham sido catalogados, o comprometimento de áreas de preservação ambiental, casas soterradas, vidas, histórias e culturas perdidas, além da morte de 19 pessoas em Mariana e 259 em Brumadinho, sendo que 11 pessoas ainda estão desaparecidas. Todo esse processo culmina na impossibilidade das comunidades que residem nesse

[5] Cabe sinalizar que este período já é marcado pelo neoliberalismo, momento marcado pela privatização de empresas públicas, desregulamentação e liberalização financeira, transferência da proteção social do Estado para o mercado e fortalecimento do capital financeiro.

espaço de assegurar sua subsistência por meio da terra e do trabalho, tendo em vista que estamos falando de cidades do interior brasileiro, que o modo de vida e os costumes são próprios daquela região e que retirá-las desse espaços acaba por retirar também as suas essências.

A relação do capital com a natureza é cruel e, diante disso, o Estado[6] precisa apresentar respostas por meio de políticas públicas para assegurar a manutenção do que resta da natureza. Compreendendo a questão ambiental como uma expressão da questão social, que está imbricada na relação do trabalho com o sujeito, que sofre impacto direto a partir da reprodução da sociedade capitalista, entendemos como sendo necessário realizar um breve estudo sobre a destinação orçamentária para o meio ambiente no Brasil, tendo em vista observar a atuação estatal para essa área, durante o período de 2008 a 2020.

4. BREVE ANÁLISE DO ORÇAMENTO DESTINADO ENTRE 2008 E 2020 PARA A FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

Apresentamos a partir daqui, uma breve análise de como se deu o orçamento[7] destinado à função Gestão Ambiental (18), que corresponde ao Ministério do Meio Ambiente, assim como as subfunções relacionadas a essa função, sendo elas: Preservação e Conservação Ambiental (541), Controle Ambiental (542), Recuperação de Áreas Degradadas (543) e Recursos Hídricos (544). Os dados foram retirados do sistema Siga Brasil e deflacionados pelo IGP-

[6] A burguesia, representada pelo Estado burguês, segundo Marx (2015), apresenta uma contradição inerente a ela, ao mesmo passo que busca aumentar seus lucros, ela precisa manter a existência da classe trabalhadora, fazendo isso por meio de políticas sociais, do Estado. Aqui utilizamos da mesma compreensão, a natureza precisa se manter viva para que a produção ocorra, portanto o Estado burguês precisa apresentar respostas a isso.

[7] O orçamento brasileiro pode ser classificado por sua funcional e programática - o que significa saber em quais programas e ações o governo realiza o gasto público.

DI[8]. Observamos o movimento dessa política dos anos de 2008 a 2020, período em que perpassam os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro[9].

O primeiro ponto que analisamos, corresponde à evolução dos gastos com a política ambiental, por meio da função Gestão Ambiental, no qual buscamos identificar os valores autorizados, valores pagos e a execução realizada em cada ano. Os valores apresentados na tabela 1 nos indicam uma execução orçamentária com máxima de 71,16% em 2020 e mínima de 32,37% em 2012, sendo que os valores até o ano de 2015, mesmo tendo aumento na execução, ficaram abaixo de 41,25%. Apenas nos últimos cinco anos, de 2016 a 2020, os valores que efetivamente foram gastos com a política ambiental estiveram acima de 50% do previsto, sendo 52,59% em 2016, 65,53% em 2017, 70,95% em 2018, apresentando queda entre 2018 e 2019 de 8,71% (primeiro ano do governo Bolsonaro, mas que ainda correspondia ao Plano Plurianual (PPA)[10] do governo Dilma/Temer) e finalizando 2020 com 71,16%, o ponto máximo de execução de todo período analisado.

Tabela 1 - Evolução da função Gestão Ambiental no período de 2008 a 2020

Valores pagos em R$ correntes, deflacionados pelo IGP-DI

ANO	AUTORIZADO	PAGO	EXECUÇÃO
2008	10.313.432.803,88	3.440.933.494,89	33,36%

[8] O IGP-DI é um deflator que propicia corrigir os valores segundo a inflação do período.

[9] Importante salientarmos que os governos citados são diferentes, com projetos políticos, econômicos e sociais distintos, que culminam diferentemente em cada política pública, mas mesmo diante das diferenciações de seus projetos, a política ambiental na perspectiva orçamentária não teve grandes diferenciações nos valores.

[10] O Plano Plurianual - PPA, é um dos instrumentos governamentais que apresenta as diretrizes, objetivos e metas de um dado governo pelo período de vigência de quatro anos.

2009	8.799.396.606,82	3.500.962.599,85	39,79%
2010	9.982.824.860,61	4.254.228.255,54	42,62%
2011	10.027.220.307,34	4.508.095.892,83	44,96%
2012	**15.113.290.321,72**	**4.892.248.314,33**	**32,37%**
2013	12.703.992.660,23	5.733.687.469,89	45,13%
2014	13.745.811.600,99	5.523.544.034,12	40,18%
2015	11.037.431.874,32	4.552.688.449,85	41,25%
2016	9.144.067.269,51	4.809.065.464,92	52,59%
2017	6.064.638.264,00	3.974.400.192,13	65,53%
2018	6.207.917.264,22	4.404.517.537,00	70,95%
2019	6.289.018.248,37	3.914.056.720,56	62,24%
2020	**5.612.746.435,76**	**3.994.131.889,84**	**71,16%**

Fonte: Siga Brasil. Elaboração própria. Dados extraídos em 12/05/2020.

Na tabela 2, apresentamos a participação da função Gestão Ambiental no orçamento total da União no período de 2008 a 2020. Os valores são estarrecedores, não se aproximando em nem um por cento do orçamento total.

O ano de 2013 apresenta a participação mais expressiva de absurdos 0,26% de 100% e, o ano de 2020, mesmo apresentando a maior execução orçamentária de todo período conforme a tabela acima ilustrou, no quesito da participação da Gestão Ambiental no orçamento total demonstrou a mais baixa participação de insignificantes 0,13%. A partir da tabela 3 até a tabela 6, observamos os valores autorizados, pagos e executados das subfunções da Gestão Ambiental, no período de 2008 a 2020.

Tabela 2 – Participação da função Gestão Ambiental no orçamento fiscal no período de 2008 a 2020, valores correntes pagos – deflacionados pelo IGD-DI

ANO	TOTAL ORÇAMENTO	ORÇAMENTO GESTÃO AMBIENTAL	PARTICIPAÇÃO
2008	2.102.303.958.868,99	3.440.933.494,89	0,16%
2009	2.220.966.498.711,38	3.500.962.599,85	0,16%
2010	2.131.499.924.734,40	4.254.228.255,54	0,20%
2011	2.122.937.214.173,55	4.508.095.892,83	0,21%
2012	2.525.217.521.703,76	4.892.248.314,33	0,19%
2013	**2.231.988.335.848,97**	**5.733.687.469,89**	**0,26%**
2014	2.465.039.147.136,84	5.523.544.034,12	0,22%

2015	2.558.201.035.513,23	4.552.688.449,85	0,18%
2016	2.707.168.393.487,12	4.809.065.464,92	0,18%
2017	2.582.890.946.936,69	3.974.400.192,13	0,15%
2018	2.753.530.507.559,45	4.404.517.537,00	0,16%
2019	2.678.319.688.709,89	3.914.056.720,56	0,15%
2020	**3.178.850.768.073,50**	**3.994.131.889,84**	**0,13%**
Variação 2008 - 2020	51,21%	16,08%	

Fonte: Siga Brasil. Elaboração própria. Dados extraídos em 12/05/2020.

A execução da subfunção Preservação e Conservação ambiental (541) segue a linha da função Gestão ambiental, com baixíssimos valores que jamais vão assegurar as responsabilidades dessa subfunção. Os valores, com exceção do ano de 2018 que teve a máxima de execução no valor de 86,20%, seguido pelo ano de 2017 com 54,99% e o ano de 2011 com 51,44%, os demais 10 anos simplesmente estão abaixo de 35,24% (2009), nos quais há uma variação grande nos valores executados, ficando a maioria nas casa dos vinte e poucos por cento, 2010 com 27,87%, 2015 com 26,73%, 2016 com 25,49%, 2013 com 23,82%, 2014 com 22,55%,2008 com 18,12%, 2019 com 16,46% e 2012 com

13,77%. O ano de 2020 nos chama atenção, pois tivemos uma execução de banais 0,10% de 100%. Ano crítico nas questões ambientais para o Brasil, em que ocorreu uma série de incidentes ambientais com recordes em seus números, como queimadas no Pantanal e na Amazônia.

A execução orçamentária da subfunção Controle Ambiental 542, a qual alcança melhores execuções do que a subfunção de preservação e conservação ambiental (541). Com exceção dos anos de 2011 (48,60%), 2015 (49,79%), 2017 (33,80%) e 2019 (14,46%), os demais anos tiveram execução acima da casa dos 50%, tendo as melhores execuções nos anos de 2010 (75,57%) e 2018 (72,45%).

Sobre a subfunção Recuperação de Áreas Degradadas (543), novamente constatamos irrisórios valores de execução. O ano com maior execução orçamentária foi o de 2017 com 76,18%, seguido pelo ano de 2012 com 67,06%, 2016 com 43,97%, 2014 com 31,94%, 2013 com 22,49%, 2011 com 16,96%, 2010 com 16,28%, 2020 com 14,11%, 2009 com 11,57%, 2019 com 9,60%, 2008 com 7,47%, 2018 com 3,81% e o menor valor em 2015 com insignificantes 1,42% de execução orçamentária.

A última subfunção corresponde aos recursos hídricos (544), que de modo geral apresenta os valores em uma crescente de orçamento e não tão desordenados e aleatórios quanto às subfunções preservação e conservação ambiental e a subfunção conservação de áreas degradadas. O ano de 2008, que é o primeiro da análise, apresenta o menor valor com 13,41% de execução orçamentária, seguido pelo ano de 2009 com 18,71%, 2011 com 20,04%, 2012 com 21,21%, 2010 com 21,65%, 2015 com 26,36%, 2014 com 29,31%, 2013 com 35,29%, 2016 com 40,58%, 2017 com 48,64% e 2018 com 54,99%. As máximas de execução ocorreram em 2019 com 73,77% e 2020 com 62,84%. Escolhemos os anos de 2019 e 2020, sendo os mais recentes, para analisar a representatividade dos programas da função Gestão ambiental.

No ano de 2019, o programa mais representativo dentro do orçamento da função gestão ambiental foi o de recursos hídricos e os outros três tiveram uma representatividade baixíssima, mudança do clima com o menor valor 1,90%, seguido pelo programa qualidade ambiental com 4,84% e por último Conservação e uso sustentável da biodiversidade com 10,73%.

Com o novo PPA do Governo Bolsonaro, os programas foram modificados em relação ao período anterior, 2016 – 2019 (Governo Dilma/Temer), e dentro dos programas o que corresponde a mudança do clima teve mais representatividade no valor de 46,55%, seguido pelo programa conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais com 27,30%, e bem colado ao Prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios nos biomas com 26,08%, em último lugar com 0,08% está o programa de qualidade ambiental urbana.

Essa breve análise nos elucidou questões bem complexas acerca dos recursos orçamentários destinados ao cuidado, reparo e preservação do meio ambiente, tendo como ponto de partida que a peça orçamentária é de cunho político e social, para além de econômico (OLIVEIRA, 2009). Ela tem a capacidade de nos demonstrar como está ocorrendo a disputa pelo o fundo público, que é a capacidade que o Estado tem em mobilizar recursos para realização de políticas públicas, sendo o orçamento a sua maior expressão (SALVADOR, 2012). Com isso, identificamos o significado que determinada política pública tem em determinado período.

A análise que realizamos aqui, iniciou-se em 2008, período correspondente ao Governo Lula, posteriormente, a partir de 2010, tivemos o Governo Dilma que foi até meados de 2016, quando ocorreu o golpe civil, parlamentar e midiático. Então, vice-presidente passou ao cargo da presidência e com isso temos o Governo Temer e por último, em 2019, o Governo Bolsonaro. O descaso com a política ambiental não é específico de um governo, como podemos observar com os dados, mas está expresso em todos os períodos analisados, se acirrando especialmente no ano de 2020. Com isso, entendemos

que nos cabe concluir este texto trazendo alternativas possíveis acerca da questão ambiental.

Segundo Lowy (2009, p. 35), o Ecossocialismo “propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico” e entendemos aqui como uma alternativa para a fissura metabólica, que é representada pela separação dos sujeitos produtores dos meios de produção, gerando assim a alienação na relação entre os seres humanos, o trabalho e a natureza. Como observamos, a sociedade capitalista e seu modo de produção é incapaz de abranger a racionalidade de um controle social. Entretanto, a intervenção possível para a crise ambiental está na construção de uma sociedade pautada na racionalidade ecológica, nas relações entre os seres vivos e o meio ambiente.

Essa sociedade é possível apenas pensada a partir de valores que compreendam a igualdade, a propriedade coletiva dos meios de produção, o controle e o planejamento democrático. Planejamento este que serve como um exercício da sociedade para libertá-la do capitalismo, em que as decisões coletivas devem ser pautadas a partir de ordem pública, em que investimentos e tecnologias devem ser voltados para servir ao bem comum da sociedade e da preservação do meio ambiente, sem a produção exacerbada de bens e mercadorias com a finalidade de acumular riqueza.

5. CONCLUSÃO

Como observamos, o capitalismo é um modo de produção que expropria e leva ao limite tanto a natureza, quanto a classe trabalhadora. O Brasil, que se apresenta nessa estrutura como um país de capitalismo dependente, se condiciona dentro desse processo, ultrapassando ainda mais os limites para a garantia de reprodução do capital interno quanto ao externo e assim culminando na sua acumulação.

As tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) nos esclarecem que a estrutura que o capital precisa para se reproduzir, representa para a natureza

e para os sujeitos participantes da manutenção desse sistema por meio do trabalho, a morte. Os ocorridos se deram em períodos muito próximos, a Vale, que tinha recursos e tempo para prevenir as tragédias para que não ocorresse sequer a primeira, não agiu mesmo tendo conhecimento que a ruptura da barragem poderia ocorrer, porque o foco da sua produção é a maximização de seus lucros.

Os setores representantes do capital não estão preocupados com as destruições que causam e o Estado, representante dessa burguesia, nos sinalizou o mesmo diante da destinação de recursos para a política do meio ambiente, em especial a função gestão ambiental. Diante disso, entendemos que a saída é uma só: a ruptura com o sistema capitalista. Essa é a única forma de sociedade que possibilitará superarmos a destruição da natureza, a exploração da força de trabalho e das relações sociais. Os tempos não são fáceis, mas a luta continua enquanto houver classe trabalhadora e as questões sociais intrínsecas a esse sistema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Naiana; COLODETI, Elisangela; ADAID, Mariana B. Quase dois anos depois, familiares de 11 vítimas de Brumadinho ainda não velaram seus mortos. **National Geographic Brasil**. 02 nov 2020 (Online). Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/10/quase-dois-anos-depois-familiares-de-11-vitimas-de-brumadinho-ainda-nao-velaram. Acesso em: 18 maio 2021.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRUMADINHO: quando o lucro vale mais. Movimento dos Atingidos por Barragens, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ack1QctLvf8 . Acesso em: 18 maio 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital - imperialismo: teoria e história.** Rio de janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FREDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 09-32, jan-jul. 2001.

IANNI, Octavio. A questão social. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan-mar. 1991

GROSSI, Mônica. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 33 - 56, jan-jun. 2009.

LÖWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 28, 1ª edição, p. 35-50, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEMÓRIAS rompidas - tragédia em Mariana. TV Assembleia Minas Gerais. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uxGORp0HGic . Acesso em 18 maio 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, n.3, p. 41-50, jan-jul, 2001.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia política das finanças públicas no Brasil**: um guia de leitura. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista (Online)**, Londrina, v. 14, p. 4-22, 2012. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632. Acesso em: 17 maio 2021.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. 1ª Edição. Brasília: IPEA, 2008.

VIEIRA, Flávia Braga. América Latina, Desenvolvimento e Ideologia. **Libertas**, Juiz de Fora, edição especial, p. 227 - 254, fev. 2007.